



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 21 de janeiro de 2013

DIÁRIO DO AMAZONAS Trabalhadores negociam R\$ 250 milhões em participação nos lucros em Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma cobra de ministros do PT metas e resultados para o restante do mandato	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo teme que crescimento fraco contamine o mercado de trabalho	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Importação de produtos sobretaxados já caiu 16%	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Participação de Estados e municípios em meta fiscal pode ter 'ajustes'	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo cobra de bancos ampliação do crédito	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO No AM, Suframa anuncia participação em 14 feiras ao redor do mundo	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O POVO Dilma solicita metas a ministros para construir marcas de governo	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MINAS PIROTÉCNICA No AM, Suframa anuncia participação em 14 feiras ao redor do mundo	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Trabalhadores negociam R\$ 250 milhões em participação nos lucros em <u>Manaus</u>	
ORIGEM	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO		

Em 2013, os funcionários do Polo Industrial de Manaus esperam receber R\$ 70 milhões a mais que os R\$ 180 milhões pagos em Participação nos Lucros e Resultados em 2012.

Manaus - Os trabalhadores do Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) devem receber um montante de R\$ 250 milhões referentes à Participação de Lucros e Resultados (PLR) das fábricas locais. A informação é do Sindicato dos Metalúrgicos (Sindmetal), ao ressaltar que os novos acordos com as empresas acarretarão em um aumento da ordem de 38,8% no pagamento do benefício, em relação ao ano passado.

Segundo o presidente do Sindmetal, Valdemir Santana, enquanto em 2012 os operários receberam um montante de R\$ 180 milhões, neste ano a entidade espera distribuir R\$ 70 milhões a mais em participação do faturamento das empresas.

Santana afirmou que no ano passado, o sindicato conseguiu firmar acordo com 150 empresas. Em 2013, a expectativa do dirigente é conseguir fechar o pagamento da participação em 200 companhias do **PIM**.

A concessão da PLR é amparada por lei, mas não obriga as empresas a conceder esse benefício. Os R\$ 180 milhões pagos aos trabalhadores em 2012 são resultado das negociações e acordos entre a direção do sindicato e as companhias. As mesas de negociações são acompanhadas por representações dos empregados.

Em anos anteriores, a PLR foi negociada, em alguns casos, depois que trabalhadores resolveram cruzar os braços. Mas, nesse ano, Valdemir Santana revelou que a direção da entidade vai se antecipar e, já nesta semana, pretende sentar com os gestores das grandes empresas, como a Moto Honda da **Amazônia**, para negociar o pagamento do benefício.

Além disso, Santana, que também é presidente **regional** da Central Única de Trabalhadores (CUT), comemorou a nova norma do desconto de Imposto de Renda para quem recebe o benefício. Pela regra recém-

anunciada, quem receber até R\$ 6 mil em PLR ficará isento de qualquer imposto. Atualmente, é cobrada uma alíquota de 27,5% para todas as faixas do benefício. Se o pagamento da PLR ocorrer em mais de uma parcela, o imposto precisa ser recalculado, com base no total da participação nos lucros recebida.

Conforme o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas** (**Fieam**), Athaydes Mariano Félix, é preciso lembrar que boa parte das empresas do **PIM**, no ano passado, não apresentou resultados tão satisfatórios.

“A concorrência está fazendo com que a margem de lucro seja baixa. A PLR não é obrigatória e o potencial de conceder isso é diferente para cada empresa. Existem algumas que condicionam o pagamento do benefício a faltas, ao trabalho com baixa qualidade, ou quem não colabora com a diminuição de rejeito de material. Essas são variáveis que as empresas colocam”, explicou Félix.

De acordo com o Athaydes Mariano Félix, geralmente o pagamento fica por volta de 70% do salário nominal. “Algumas empresas maiores, de motocicletas, por exemplo, oferecem PLR de até R\$ 10 mil. Mas isso vai muito da negociação, que as empresas fazem de forma isolada, porque cada uma tem uma realidade. O que podemos garantir é que as fábricas estão cada vez mais abertas a pagarem a PLR, independente de obrigação da lei”, completou o dirigente da **Fieam**.

O chefe da seção de Relação do Trabalho da **Superintendência Regional** do Trabalho e Emprego (SRTE), Francisco das Chagas, explicou que existem duas formas de negociação da PLR. A primeira por meio do órgão, que protocola o acordo via convenção coletiva, e outro através de comissão criada pelo sindicato da classe, que não chega a passar pela SRTE.

Segundo Chagas, o primeiro tipo é menos comum, por isso, a **Superintendência** tem pouco controle sobre o que é acordado entre as empresas e os trabalhadores. “Quando é feito acordo e não há pagamento, isso pode gerar uma autuação. Como a convenção tem status de lei, a

briga pode ir para a Justiça. Mas raramente temos reclamação de não pagamento do benefício”, disse

Chagas.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma cobra de ministros do PT metas e resultados para o restante do mandato		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo Federal. Presidente se reuniu em dezembro com Guido Mantega, Gleisi Hoffmann, Fernando Pimentel, Miriam Belchior e Gilberto Carvalho e pediu a definição de um plano estratégico até 2014; intenção é criar marcas que pavimentem candidatura à reeleição

Vera Rosa

A presidente Dilma Rousseff encomendou a um seleto grupo de ministros do PT a apresentação de metas prioritárias para os dois últimos anos do governo. Com tropeços na gestão, problemas na economia e dificuldades na articulação política, Dilma corre para construir marcas de governo que pavimentem sua candidatura à reeleição, em 2014, embalada pelo mote do **desenvolvimento** estratégico.

As metas pedidas pela presidente para a segunda metade do mandato também envolvem perspectivas de longo prazo. Pressionada pelo baixo crescimento da economia no ano passado, que deve ficar próximo a 1%, Dilma aposta que medidas tomadas em 2012 para baixar os juros, ajustar o câmbio, reduzir impostos, diminuir a dívida pública e cortar o preço da energia elétrica terão impacto a partir de abril.

Até agora houve apenas uma reunião com os ministros Guido Mantega (Fazenda), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Fernando Pimentel (**Desenvolvimento**), Miriam Belchior (Planejamento) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), em dezembro, quando Dilma tratou da necessidade do plano estratégico. Antes disso, no entanto, ela conversou com o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva e com o marqueteiro João Santana, que será o responsável pela campanha da reeleição.

Pesquisas em poder do Palácio do Planalto indicam que falhas no sistema de saúde e na segurança pública figuram entre as maiores queixas dos eleitores. Embora segurança seja da competência dos Estados, o medo provocado pela violência nas grandes cidades atinge de forma negativa o **Governo Federal**.

Além disso, a imagem de boa gestora de Dilma começa a ficar embaçada. Em um ano pré-eleitoral, o desafio da presidente é tirar projetos de infraestrutura da prateleira e atrair investimentos. No fim de 2012, ela anunciou um pacote

de concessões em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que ultrapassa R\$ 200 bilhões, mas investidores ainda têm dúvidas sobre a segurança jurídica para tocar projetos.

Para a oposição, expressões como "destravar os nós" e "competitividade" viraram moda no governo, mesmo sem o figurino sair do papel. "A prática é outra: está tudo travado", provoca o líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR).

Vigilância. Dilma quer agora atenção redobrada ao Sistema Informatizado de **Monitoramento** da Presidência. Há 45 programas sob vigilância, como antecipou o Estado, e uma equipe de 30 técnicos da Casa Civil fiscaliza o andamento dos serviços, muitas vezes em tempo real.

A lista é composta por projetos que não podem dar errado, como os estádios da Copa de 2014. Mesmo assim, das 82 obras de mobilidade urbana, portos e aeroportos, prometidas para a Copa, apenas três permanecem com cronograma inalterado.

"Aqui nós temos tudo em detalhes, com endereço, CIC, RG e acompanhamento fotográfico", afirma o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, ao comemorar investimentos de quase R\$ 10 bilhões no ano passado. "O MEC é assim: vem que tem."

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, passou as duas últimas semanas revisando metas. Dilma cobrou resultados mais rápidos, principalmente em relação ao atendimento nos hospitais. A ordem é para que o SOS Emergências alcance os 40 maiores prontos-socorros até 2014.

Padilha e Mercadante se movimentam nos bastidores para disputar a indicação do PT à vaga de candidato ao governo de São Paulo, em 2014. Em público, porém, não admitem a intenção.

"Esqueçam de mim. Tenho muita coisa para fazer no **Ministério**. A saúde demora a ter resultado e eu sou muito novo ainda. Posso esperar", diz Padilha. "A chance de eu pensar nisso agora é zero. Estou focado no MEC", desconversa Mercadante.

Diante de tantos percalços na economia e com o fantasma da inflação à espreita, os indicadores de emprego e renda seguram a popularidade de Dilma. "Trabalhamos para

que a geração de emprego volte a rodar na casa de 2 milhões por ano", prevê o ministro do Trabalho, Brizola Neto.

Mais do que indicadores, no entanto, Dilma pretende exibir, na campanha da reeleição, metas da "vida real". É

com esse argumento que ela quer consolidar marcas de governo. "Não podemos perder 2013 para fazer deslanchar a máquina pública", insiste o senador Jorge Viana (PT-AC).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo teme que crescimento fraco contamine o <u>mercado</u> de trabalho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente Dilma conversa com grandes empresários e acompanha com lupa os indicadores de atividade econômica neste início de ano

Lu Aiko Otta

BRASÍLIA - Conselheiros políticos da presidente Dilma Rousseff acompanham com apreensão os primeiros indicadores de desempenho da economia neste início de ano. O temor é o de que a atividade fraca de 2012 continue e contamine um dos pilares da alta popularidade da presidente: o emprego. Se o Produto Interno Bruto (**PIB**) não reagir, o mercado de trabalho pode ser atingido, segundo avaliam as confederações da indústria, do comércio e dos serviços.

"Se a economia seguir um padrão fraco como o de 2012, a desaceleração alcança o mercado de serviços e aí podemos ter uma contaminação do mercado de trabalho", avaliou o gerente executivo do Núcleo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. De janeiro a novembro de 2012, a indústria registrou queda de 0,2% no emprego na comparação com 2011. O dado negativo, porém, foi compensado pelo desempenho do comércio e dos serviços.

"Mas já em novembro e em dezembro, tivemos um crescimento menor do emprego, por isso o governo tem de dar um impulso", comentou o presidente da Confederação Nacional dos Serviços (CNS), Luigi Nese. "Acho que, no primeiro trimestre, a economia não se recupera."

O mesmo alerta foi feito pelo economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do Banco Central (BC). "Se tivermos fraqueza na indústria e os investimentos não acontecerem, o emprego pode sofrer", observou.

Encontros. Justamente para não repetir o "**PIB**inho" de 2012 – estimado em cerca de 1% de expansão –, Dilma tem dedicado sua agenda a contatos com empresários. A meta informal da equipe econômica é obter um aumento de 8% nos investimentos este ano, ante uma queda da ordem de 2% no

ano passado. O governo tem grandes esperanças nas concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos à iniciativa privada.

Também há cobranças pelo lado do investimento público. O plano é plantar este ano para colher em 2014, ano eleitoral. Embora o risco de uma nova frustração na economia esteja no radar, esse não é o quadro considerado mais provável pelos economistas do setor privado.

Mesmo atentando para as consequências negativas de um desemprego fraco na indústria, Thadeu de Freitas acredita que o ano será positivo para o comércio e para o emprego.

A estimativa é de que o setor cresça 7%, que é um pouco menos do que os 9% de 2012. Ainda assim, será o dobro do crescimento estimado para o **PIB**, que está na casa dos 3% a 3,5%. Thadeu de Freitas acredita que o crédito não vai aumentar no mesmo ritmo de 2012, mas, apesar disso, a compra de bens de consumo duráveis deverá animar o comércio.

Competitividade. A indústria também espera melhora. "Vai ser difícil repetir a queda de 2% de 2012", disse Castelo Branco. "Isso deverá repercutir no mercado de trabalho."

Na avaliação dele, para que esse cenário se concretize, é "crucial" que sejam adotadas medidas para o aumento da competitividade, como o custo de infraestrutura e da energia elétrica, além da desoneração da folha e de taxas de câmbio e juros mais favoráveis. Só assim, acredita Castelo Branco, o "espírito animal" dos empresários despertará. "O investimento é resposta à perspectiva de lucratividade."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Importação de produtos sobretaxados já caiu 16%		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Caiu o valor das compras no exterior dos cem produtos que tiveram elevação do Imposto de importação. As compras desses itens somaram US\$ 1,92 bilhão de outubro a dezembro, com uma redução de 16,4% em relação aos mesmos meses de 2011. Nesse período, as importações brasileiras totais também tiveram queda, mas bem menor, de 1,8%. Apesar dessa redução nas importações, o desempenho não está sendo comemorado.

Economistas e representantes de entidades de classe observam que outros fatores além do aumento da tributação podem explicar a redução. Cristina Reis, do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial, lembra que a queda nos desembarques pode refletir o baixo nível de investimento, como resultado da insegurança em relação à economia internacional e doméstica.

Importação de bens com sobretaxa cai 16,4%

Por Marta Watanabe | De São Paulo

Os cem produtos que tiveram elevação do imposto de importação desde outubro já apresentaram redução no valor desembarcado. De outubro a dezembro do ano passado, a importação dos cem itens somou US\$ 1,92 bilhão, uma redução de 16,4% em relação aos mesmos meses de 2011. No mesmo período, as importações brasileiras totais tiveram queda, mas bem menor, de 1,8%. Apesar de o governo ter divulgado a medida como instrumento de proteção comercial, o desempenho não está sendo comemorado.

Economistas e representantes de entidades de classe dizem que a falta de reação da **produção** física industrial e o baixo nível de investimentos explicam boa parte da redução de importação. Isso porque o grupo de cem produtos, que sofreu aumento de tarifas, incluiu insumos e intermediários e também bens de capital e suas partes.

Alguns setores também alegam que houve redução na importação dos insumos sobretaxados, mas aumentou o desembarque de produtos acabados. Procurado, o **Ministério** do **Desenvolvimento** não se manifestou.

Do valor importado com os cem itens no último trimestre de 2012, 13,9% correspondem a metais, 16,7% a borrachas e 25% são itens do setor de plásticos. Esses três segmentos

contribuíram bastante para a redução da importação dos sobretaxados, com quedas respectivas de 24,1%, 34,8% e 12,9%. Há segmentos, porém, que foram em sentido contrário à média e tiveram elevação de importação. Produtos cerâmicos tiveram alta de 51%, e as partes e peças de calçados, 74,6%.

José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Abiplast, que reúne fabricantes de produtos plásticos, não acredita que a redução de importação dos itens do setor seja uma reação à elevação do imposto de importação. Segundo a associação, a sobretaxa atingiu resinas que são insumos **importantes** para o segmento, o que também propiciou o aumento dos insumos nacionais. A redução da importação desses itens, diz a Abiplast, está relacionada à fraca **produção** física da indústria.

O aumento da tarifa de importação sobre insumos, na verdade, diz Roriz, pressionou o custo de **produção** e tirou a competitividade da indústria doméstica. "Enquanto a importação de resinas sobretaxadas diminuiu, houve elevação da importação de transformados plásticos", diz ele, em referência aos bens finais. Segundo a Abiplast, no último trimestre de 2012, as importações de transformados plásticos somaram 205 mil toneladas, um crescimento de 17% sobre o mesmo período de 2011.

Além de plásticos, outros setores que envolvem insumos ou intermediários foram sobretaxados. Para Alberto Mayer, presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip), a redução de 24,1% de importação nos itens do setor de borracha, onde são representativos os pneus, está relacionada à queda da **produção** industrial do setor automobilístico.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a **produção** física de veículos automotores caiu 7,5% em novembro em relação ao mesmo mês de 2011. Na comparação acumulada, o recuo foi de 13,3%. A **produção** da indústria de transformação caiu 0,87% em novembro, e 2,76% no acumulado do ano.

Mayer diz que a medida do governo de sobretaxar pneus é benéfica para a indústria nacional do setor, mas os produtos com proteção adicional são pouco relevantes. "Eles

representam de 5% a 10% do **mercado** de pneus", diz. Outro problema, semelhante ao de plásticos, é a elevação de imposto aplicada à borracha sintética, insumo **importante** para a indústria local.

Heitor Klein, diretor da Abicalçados, associação que reúne calçadistas, diz que a sobretaxa praticamente não teve efeito sobre as **importações** de cabedais, solados e solas de sapato. "A medida foi na direção certa, mas não foi suficiente." De outubro a dezembro de 2012, a **importação** de cabedais sobretaxados praticamente dobrou em relação ao mesmo período do ano anterior, e a de solas e saltos de calçados aumentou 16,5%.

Cristina Reis, economista do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi), lembra que a redução de desembarques pode ter sido provocada em parte pelo aumento da tributação, mas pode também refletir o baixo nível de investimento do ano passado, como resultado da insegurança em relação à economia, tanto internacional como doméstica.

Entre os cem itens, a **importação** de reatores, caldeiras e suas partes estão entre as maiores quedas no desembarque no último trimestre do ano passado - 30,4% na comparação com os três últimos meses de 2011. Esse grupo de produtos representa 12,1% dos cem itens que sofreram aumento de alíquotas. A compra no exterior de máquinas, aparelhos elétricos e suas partes, também incluídos nos cem itens, subiu 3,2%. Esse grupo, porém, tem participação menor, de 8%, entre os itens sobretaxados.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB), não acredita que o resultado da queda de itens de bens de capital possa ser resultado da elevação do imposto. "Os bens de capital são

encomendados a prazo longo e não houve tempo para afetar essas **importações**." O aumento de alíquotas foi divulgado na primeira semana de setembro e passou a vigorar a partir de outubro.

Castro questiona a eficiência da elevação de alíquota para os cem itens. Mesmo com a redução do valor **importado** desse itens, diz que a medida não tem boa relação custo-benefício. Levando em conta o universo dos produtos que foram alvo de aumento de tarifa, o **Brasil** importou cerca de US\$ 370 milhões a menos, o que significa 0,6% das **importações** totais nos último trimestre de 2012. "O **Brasil** aplicou uma alíquota alta, de 25%, e foi chamado de protecionista por um resultado muito pequeno."

Para Castro, outro problema é a elevação de custo de **produção** para as indústrias que **importavam** insumos e bens intermediários, cujo imposto foi elevado. É possível que, mesmo na troca para o produto nacional, a indústria tenha adquirido insumo mais caro.

Cristina, do Iedi, defende que a medida do governo foi positiva. Para ela, o aumento de alíquotas é recente e é difícil avaliar seu alcance. "O governo sabe que o efeito não acontece da noite para o dia", diz. Para a economista, a medida ajuda a indústria nacional a recuperar o fôlego. Porém, diz ela, a proteção não deve ser mantida por prazos muito longos, sob risco de acomodação dos fabricantes domésticos dos itens sobretaxados, o que poderia resultar em falta de eficiência e de competitividade.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Participação de Estados e municípios em meta fiscal pode ter 'ajustes'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Eduardo Campos e Edna Simão | De Brasília

O Governo Federal pode fazer "ajustes" no superávit primário neste ano. O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, indicou que mudanças podem ser feitas na participação dos Estados e municípios, mas não deu detalhes se haverá redução da contribuição ou retirada da conta.

Em 2012, a meta de superávit primário dos governos regionais era de R\$ 42,8 bilhões. Mas, segundo estimativas de Augustin, deve fechar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões. "O que vamos fazer este ano com relação a aperfeiçoamento ainda não sei. Agora, uma pessoa inteligente vai perceber onde tem dado problema. Onde aparecem valores muito diferentes dos que estavam previsto, valores não controlados pelo governo", disse o secretário do Tesouro.

Augustin rebateu as críticas sobre o uso de manobras fiscais, como saque do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e antecipação de dividendos, para cumprimento da meta no ano passado. Segundo ele, não houve nenhuma alteração no superávit do governo central de 2012 além do abatimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que já havia sido anunciado.

Uma pessoa inteligente vai perceber onde tem dado problema, onde aparecem valores muito diferentes dos previstos"

Para o secretário, alguns dos críticos, entre eles governadores, esquecem de dizer que o superávit dos Estados e municípios ficou abaixo do definido pelo Executivo. Disse, ainda, que para qualquer superávit primário que seja feito, a relação dívida sobre Produto Interno Bruto (**PIB**) vai apontar para baixo. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Está em discussão no governo a redução do superávit primário? Qual seria a ideia?

Arno Augustin: Nós já temos há muito tempo uma política de superávit primário, que é flexível. Ela é flexível, porque o Brasil, depois de muitos anos, conquistou o direito de diminuir a relação dívida/**PIB** a cada ano, mesmo que não tenha superávit de 3,1% do **PIB**. O que comanda é a economia. Então, a opção de manter uma determinada meta,

mas com ajuste, já foi tomada há muito tempo e com base na economia. É isso que fizemos em 2012.

Valor: Anunciar uma meta crível de superávit primário já no início do ano não reduziria as críticas, como as recebidas pelo uso de manobras fiscais em 2012?

Augustin: Os nossos críticos se esquecem de dizer que o superávit de Estados e municípios deve ser algo entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões. Talvez chegue a esse valor. Então não há nenhuma alteração no superávit do governo central, que não seja aquela já anunciada, que era a hipótese de reduzir em R\$ 25 bilhões, porque foi um ano em que a União adotou várias medidas de estímulo.

Valor: Mas a crítica ao governo diz respeito à forma com que o superávit primário foi cumprido em 2012. Por exemplo, o uso de antecipação de dividendos.

Augustin: Você tem aplicação financeira? Acha certo que alguém diga que você não deve usar os recursos das suas aplicações? Esse tipo de crítica é antieconômica. Ela é tosca, de quem quer meramente criar um clima de completa turbulência, quando o governo fez o óbvio. Tinha feito previsão, em decreto, de R\$ 29 bilhões de dividendos. Então qual é crítica?

Valor: Que o senhor capitaliza o **BNDES**, para depois ter um aumento no valor de dividendos.

Augustin: Capitalizar o **BNDES** por ações e outros títulos, para efeito de requisitos prudenciais, é uma coisa que nós cumrimos. Outra coisa, completamente diferente, é receita de dividendos auferidos pelo lucro do banco. O dividendo é lucro. Essa mistura, que é proposital e completamente diferente, a gente não concorda.

Valor: Não seria mais interessante ser mais explícito na comunicação das medidas do fim do ano?

Augustin: Seria ótimo, se eu não soubesse a situação real dos municípios apenas em dezembro. Mas só sei nos últimos dias do ano. Nós criamos o Pro-Investe para apoiar Estados e municípios na continuidade de seus financiamentos. No fim do ano, foi muito forte a adesão, porque precisavam com urgência desses recursos. Era evidente que estavam com dificuldades em fazer o resultado primário.

Valor: Então o governo soube que Estados e municípios não cumpriram o superávit antes do fim do ano. Não poderia ter assumido que não atingiria a meta?

Augustin: Nós anunciamos em novembro que o primário do governo central seria R\$ 25 bilhões menor. O que nós não poderíamos saber é qual era o volume do resultado de Estados e municípios. O **importante** é que temos uma política de manter o investimento. O **Brasil** vai reduzir bastante dívida/**PIB** neste ano, como fez no ano passado, porque essa é a tendência. Temos uma situação fiscal invejável, que permite inclusive que a gente estude alternativas. Um ano faço primário maior, e em outro menor. Isso é a economia que determina.

Valor: Qual será o superávit primário em 2013?

Augustin: A economia será um elemento fundamental para que o governo faça sua análise. Um fato muito **importante** será a redução de 20% da energia elétrica. Energia mais barata significa custo mais barato. Isso é muito **importante**, porque influencia a inflação. Vai aumentar a demanda e a aposta do empresário no sentido do crescimento econômico. Por todos esses efeitos, acreditamos que a economia, em 2013, será boa.

Valor: Mas qual será o superávit primário? Haverá redução?

Augustin: Vamos decidir. Mas, hoje, se o primário é um pouco acima, ou um pouco abaixo, isso não tem tanta importância. Qualquer primário que eu faça, a relação dívida/**PIB** vai cair.

Valor: Mas então por que não admitir um superávit primário menor? No ano passado, a economia estava desacelerando e o governo não admitiu uma redução da meta.

Augustin: Porque o que comanda é economia, não é a relação dívida/**PIB**. Não estamos olhando um número frio.

Valor: A pergunta é feita em função das críticas, apontando perda de credibilidade do governo...

Augustin: O **Brasil** tem a menor taxa da sua história em títulos de 10 anos, 40 anos e juros internos. Isso é credibilidade, o resto, me desculpe, é ideologia.

Valor: O superávit primário pode sofrer aperfeiçoamentos?

Augustin: Isso não decido sozinho, o governo vai avaliar. Agora, uma pessoa inteligente vai perceber onde é que tem

dado problemas, valores muito diferentes dos previstos, valores não controláveis pelo governo.

Valor: São os Estados e municípios. Mas o que poderia ser feito?

Augustin: Não sei.

Valor: Quais as implicações de começar o ano sem Orçamento aprovado? Já se sabe o contingenciamento?

Augustin: Não fizemos uma análise do ano. Só saberemos disso em março.

Valor: Foi por isso que o governo editou MP, que permite a liberação de R\$ 42,5 bilhões neste ano?

Augustin: Exatamente. Fizemos a MP, com medo que isso [a não aprovação do Orçamento] gerasse um atraso nos empenhos.

Valor: Isso não é passar por cima do Congresso?

Augustin: Não, porque não há diferença de mérito com o Congresso. Não é um problema político. Nenhum partido era contra, até onde eu saiba. Foi uma medida de precaução.

Valor: Já chegaram ao valor que o Tesouro terá de desembolsar para poder entregar a redução de 20% na conta de energia?

Augustin: Não temos a conta final de quanto vai ser mês a mês, mas é sustentável. Sem falar nos R\$ 300 milhões por ano que vou gastar a menos com essa luz. Isso considerando só **Governo Federal**, a administração direta.

Valor: Esse cenário já contempla o uso das térmicas?

Augustin: O problema das térmicas é sazonal. Estamos preparados para, dentro dos recursos que temos, dar uma solução que não retire os 20%.

Valor: Todos os setores da economia serão desonerados em 2013?

Augustin: Temos um plano de desoneração ambicioso, antigo, e que vai longe. Agora, se vai ser tudo neste ano, isso eu não sei.

Valor: A mudança solicitada pelo governo do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal vai permitir mais desonerações?

Augustin: Sim. Na interpretação do TCU, o artigo 14 proíbe redução de carga tributária no Brasil. Diz que toda e qualquer carga tributária que for reduzida tem de ser aumentada, a não ser que isso seja feito no Orçamento. Até entendendo o objetivo, e ele é correto, mas é um artigo que não

encontrou a sua melhor redação. Achamos, sim, que ele deva ser alterado, para que possamos reduzir carga tributária.

Valor: O Tesouro tem dito deste o fim do ano passado que planeja uma emissão externa de títulos. Quando ela vai ocorrer?

Augustin: Pretendo fazer a captação logo, até para mostrar que o **Brasil** continua com fundamentos cada vez mais sólidos. Só não fizemos no fim do ano, nem agora em janeiro, porque a treasuries [título da dívida americana] está em patamar muito alto. Ela será em **dólar**, mas não definimos o prazo, provavelmente, será em títulos de dez anos.

Valor: A política de adiar reajustes é apenas um alívio temporário na inflação?

Augustin: Acho que as principais medidas em termos de inflação estão colocadas. O câmbio, em um primeiro momento, impacta a inflação para cima. Isso já passou. O impacto da Selic também já passou. Agora só vem notícia boa. Energia caindo. Tanto o prefeito do Rio quanto o prefeito de São Paulo já anunciaram que [o reajuste de tarifas de ônibus] foi adiado para junho. A gente espera que os outros sigam o exemplo.

Valor: Existem mais medidas de estímulo à economia para sair?

Augustin: Não há nada de novo. Vamos começar o ano com o câmbio e juro adequados, com a energia muito mais barata e com a economia em ascensão.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo cobra de bancos ampliação do crédito		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Depois do fraco crescimento da economia brasileira em 2012, o governo decidiu procurar os bandos privados para pedir mais ousadia na oferta de crédito. A avaliação é que, apesar de terem reduzido os juros no ano passado, os bancos foram conservadores na concessão de empréstimos tanto para consumidores como para empresas. A presidente Dilma tem se encontrado com banqueiros. A equipe econômica defende que a inadimplência, um dos principais argumentos dos bancos para não ampliarem o crédito, se estabilizou. A estratégia inclui ainda preparar a Caixa e o Banco do Brasil para novos cortes em suas taxas de juros

Nova ofensiva por crédito

Governo cobra de bancos a ampliação de financiamentos. Caixa e BB poderão reduzir juros

Martha Beck

Gabriela Valente

BRASÍLIA O fraco desempenho de economia em 2012 levou o governo a procurar o setor bancário para pedir mais ousadia na oferta de crédito no país. Na avaliação da equipe econômica, embora tenham feito reduções em suas taxas de juros ao longo do ano passado, os bancos foram muito conservadores na concessão de financiamentos tanto para pessoas físicas quanto para empresas e acabaram contribuindo para o baixo crescimento.

Por isso, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem conversado frequentemente com presidentes de bancos privados como Itaú e Bradesco. No plano para turbinar a atividade, Caixa e Banco do Brasil também já se preparam para novas reduções de taxas e ampliação de linhas de crédito.

A equipe econômica considera ainda que todo o movimento de corte de juros não foi feito e que tanto empresários quanto consumidores podem se beneficiar de uma nova rodada de redução das taxas.

O ministro defende que a inadimplência - um dos principais argumentos das instituições privadas para manter a postura conservadora no crédito - se estabilizou no país. Segundo dados do Banco Central (BC), esse indicador encerrou novembro em 5,84%, sendo que ele estava em

5,93% em outubro e 5,88% em setembro. No caso das pessoas jurídicas, o percentual está em 4,08%; e das pessoas físicas, em 7,8%. Mantega também tem pedido que instituições públicas, como Caixa e Banco do Brasil, continuem na estratégia de baixar taxas e ampliar o crédito.

Dilma se reúne com banqueiros

A presidente Dilma Rousseff também entrou diretamente na conversa. Tanto que recentemente recebeu o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, no Palácio do Planalto para uma longa conversa. Dias após o encontro, o Bradesco anunciou uma ampliação em 20% do volume total de recursos de crédito pré-aprovado para pessoas físicas, que passou de R\$ 68 bilhões para R\$ 81 bilhões. Dilma tem recebido outros banqueiros ultimamente.

O ministro da Fazenda também tem dito às instituições financeiras que se eles tivessem sido mais generosas na oferta de crédito, especialmente para financiar os investimentos do setor privado em infraestrutura, o desempenho da economia poderia ter sido melhor no ano passado.

A previsão inicial do governo para 2012 era que o Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país) poderia crescer 4,5%, mas a taxa chegará a 1% na melhor das hipóteses. Dados do Banco Central mostram que o crédito para a indústria ficou praticamente estável em 2012, começando o ano em 9,9% do **PIB** e terminando pouco acima de 10%.

Mantega também tem dito aos executivos que os balanços dos bancos públicos vão mostrar bons resultados, mesmo com a redução feita no spread (diferença entre a taxa que o banco paga para captar o dinheiro e a que cobra para emprestá-lo ao consumidor), graças ao aumento de participação dessas instituições no **mercado** brasileiro.

Além de contar com o aumento do crédito, o governo já age em outras frentes para fazer a economia deslanchar. Nos planos está a ampliação da desoneração da folha de pagamentos para todos os setores da economia.

Para garantir que os gastos públicos em investimentos aumentem sem riscos para o equilíbrio fiscal, a equipe econômica já discute fazer alterações na meta de superávit

primário, fixada em 3,1% do **PIB**. Entre as alternativas, está reduzir oficialmente a meta para um percentual próximo a 2% ou ampliar o volume de gastos do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC), que o governo pode abater do superávit primário.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO No AM, <u>Suframa</u> anuncia participação em 14 feiras ao redor do mundo	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Autarquia vai participar de eventos comerciais e tecnológicos.

Thomaz Nogueira acredita que ida a eventos pode fortalecer parcerias.

Do G1 AM

Representantes da Suframa vão participar de eventos comerciais ao redor do mundo inteiro

China, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Japão. Estes são alguns dos locais que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) terá representantes em feiras comerciais e tecnológicas ao redor do mundo. Ao todo, são 19 eventos programados somente para este ano, sendo 14 em países da América Latina, Europa e Ásia.

Entre os eventos que a Suframa participará pela primeira vez estão o Sial China, em Shangai (nos dias 7 a 9 de março), Alimentec, na Colômbia (dias 21 e 22 de junho), Expo Fida, no Equador (julho), Product Expo Asia/China, em Hong Kong (29 a 31 de agosto) e Equipotel Food and Drinks, em São Paulo (16 a 19 de setembro). O primeiro evento que contou com a participação de integrantes da Suframa neste ano foi uma feira de eletroeletrônicos e produtos de alta tecnologia do mundo realizada na última semana em Las Vegas, nos Estados Unidos.

O orçamento da autarquia destinado à promoção comercial para este ano é de R\$ 593 mil. Para o Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, a participação nas feiras deve estreitar relações comerciais já iniciadas na sede da autarquia. "Recebemos durante 2012 uma série de empresários em missões internacionais buscando conhecer o modelo ZFM e as alternativas de parcerias com o PIM. Este é o momento de dar continuidade a essa aproximação, levando nossos empresários aos países para que também avaliem as oportunidades e fechem negócios de interesse para ambas as partes", afirmou.

Segundo a Suframa, empresas situadas na região de abrangência do órgão (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e as Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá) podem solicitar desses eventos e ainda contar com o apoio técnico da autarquia. Os custos de passagem,

hospedagem, envio de mercadoria, entre outros, são de responsabilidade da empresa. Para mais informações, o contato da Coordenação Geral de Promoção Comercial é (92) 3321-7008/7254/7259.

Feiras de tecnologia reúnem centenas de empresários ao redor do mundo (Foto: AFP)

Veja o calendário das feiras com presença confirmadas da Suframa:

Janeiro de 2013 - CES - Las Vegas, nos EUA

5 a 9 de Março - Foodex - Chiba, no Japão

5 a 9 de março - Cebit, Hannover, na Alemanha

7 a 9 de Março - Sial China, Shangai, na China

8 a 12 de abril - Hannover Messe, Hannover, na Alemanha

17 a 20 de abril - Expocomer, Cidade do Panamá, no Panamá

20 a 28 de abril - 77ª Mostra Internacional de Artigianato, em Florença, na Itália

Junho - Frutal Amazônia, em Belém, no Brasil

21 e 22 de junho - Alimentec, Bogotá, na Colômbia

Julho - Expo Fida, no Equador

6 a 14 de julho - Feira Internacional do Artesanato, em Lisboa, Portugal

Segunda Quinzena de Julho - 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Luiz, Brasil

13 a 15 de agosto - Navalshore, no Rio de Janeiro, Brasil

27 de agosto a 1º de setembro - Amazontech, em Porto Velho, Brasil

29 a 31 de agosto - Product Expo Asia/China, em Hong Kong, China

Setembro - Exporealimentaria, em Lima, Peru

16 a 19 de setembro - Equipotel Food and Drinks, em São Paulo, Brasil

Outubro - Expologística, na Cidade do Panamá, no Panamá

Novembro - Feira Internacional da **Amazônia**, em **Manaus**, Brasil

	VEÍCULO O POVO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma solicita metas a ministros para construir marcas de governo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff encomendou a um seleto grupo de ministros do PT a apresentação de metas prioritárias para os dois últimos anos do governo. Com tropeços na gestão, problemas na economia e dificuldades na articulação política, Dilma corre para construir marcas de governo que pavimentem sua candidatura à reeleição, em 2014, embalada pelo mote do desenvolvimento estratégico.

As metas pedidas pela presidente para a segunda metade do mandato também envolvem perspectivas de longo prazo. Pressionada pelo baixo crescimento da economia, que deve ficar próximo a 1%, Dilma aposta que medidas tomadas em 2012 para baixar os juros, ajustar o câmbio, reduzir impostos, diminuir a dívida pública e cortar o preço da energia elétrica terão impacto a partir de abril.

Até agora houve apenas uma reunião com os ministros Guido Mantega (Fazenda), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Fernando **PIM**entel (**Desenvolvimento**), Miriam Belchior (Planejamento) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), em dezembro, quando Dilma tratou da necessidade do plano estratégico. Antes disso, no entanto, ela conversou com o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva e com o marqueteiro João Santana, que será o responsável pela campanha da reeleição.

Pesquisas em poder do Palácio do Planalto indicam que falhas no sistema de saúde e na segurança pública figuram entre as maiores queixas dos eleitores. Embora segurança seja da competência dos Estados, o medo provocado pela

violência nas grandes cidades atinge de forma negativa o **Governo Federal**.

Além disso, a imagem de boa gestora de Dilma começa a ficar embaçada. Em um ano pré-eleitoral, o desafio da presidente é tirar projetos de infraestrutura da prateleira e atrair investimentos. No fim de 2012, ela anunciou um pacote de concessões em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que ultrapassa R\$ 200 bilhões, mas investidores ainda têm dúvidas sobre a segurança jurídica para tocar projetos.

Para a oposição, expressões como "destravar os nós" e "competitividade" viraram moda no governo, mesmo sem o figurino sair do papel. "A prática é outra: está tudo travado", provoca o líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR). (da agência Estado)

O quê

ENTENDA A NOTÍCIA

Diante de tantos percalços na economia e com o fantasma da inflação à espreita, os indicadores de emprego e renda seguram a popularidade de Dilma. Contudo, avalia-se que isso não será suficiente para garantir sua reeleição .

	VEÍCULO MINAS PIROTÉCNICA	EDITORIA
	TÍTULO No AM, <u>Suframa</u> anuncia participação em 14 feiras ao redor do mundo	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Representantes da Suframa vão participar de eventos comerciais ao redor do mundo inteiro

China, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Japão. Estes são alguns dos locais que a Superintendência da Zona Franca de Manaus[1] (Suframa) terá representantes em feiras comerciais e tecnológicas ao redor do mundo. Ao todo, são 19 eventos programados somente para este ano, sendo 14 em países da América Latina, Europa e Ásia.

Entre os eventos que a Suframa participará pela primeira vez estão o Sial China, em Shangai (nos dias 7 a 9 de março), Alimentec, na Colômbia (dias 21 e 22 de junho), Expo Fida, no Equador (julho), Product Expo Asia/China, em Hong Kong (29 a 31 de agosto) e Equipotel Food and Drinks, em São Paulo (16 a 19 de setembro). O primeiro evento que contou com a participação de integrantes da Suframa neste ano foi uma feira de eletroeletrônicos e produtos de alta tecnologia do mundo realizada na última semana em Las Vegas, nos Estados Unidos.

O orçamento da autarquia destinado à promoção comercial para este ano é de R\$ 593 mil. Para o Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, a participação nas feiras deve estreitar relações comerciais já iniciadas na sede da autarquia. "Recebemos durante 2012 uma série de empresários em missões internacionais buscando conhecer o modelo ZFM e as alternativas de parcerias com o PIM. Este é o momento de dar continuidade a essa aproximação, levando nossos empresários aos países para que também avaliem as oportunidades e fechem negócios de interesse para ambas as partes", afirmou.

Segundo a Suframa, empresas situadas na região de abrangência do órgão (Acre, Amazonas[2], Roraima[3], Rondônia[4] e as Áreas de Livre Comércio de Macapá[5] e Santana, no Amapá) podem solicitar desses eventos e ainda contar com o apoio técnico da autarquia. Os custos de passagem, hospedagem, envio de mercadorias, entre outros, são de responsabilidade da empresa. Para mais

informações, o contato da Coordenação Geral de Promoção Comercial é (92) 3321-7008/7254/7259.

Feiras de tecnologia reúnem centenas de empresários ao redor do mundo (Foto: AFP)

Veja o calendário das feiras com presença confirmadas da Suframa:

Janeiro de 2013 - CES - Las Vegas, nos EUA

5 a 9 de Março - Foodex - Chiba, no Japão

5 a 9 de março - Cebit, Hannover, na Alemanha

7 a 9 de Março - Sial China, Shangai, na China

8 a 12 de abril - Hannover Messe, Hannover, na Alemanha

17 a 20 de abril - Expocomer, Cidade do Panamá, no Panamá

20 a 28 de abril - 77ª Mostra Internacional de Artigianato, em Florença, na Itália

Junho - Frutal Amazônia, em Belém, no Brasil

21 e 22 de junho - Alimentec, Bogotá[6], na Colômbia

Julho - Expo Fida, no Equador

6 a 14 de julho - Feira Internacional do Artesanato, em Lisboa[7], Portugal

Segunda Quinzena de Julho - 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Luiz[8], Brasil

13 a 15 de agosto - Navalshore, no Rio de Janeiro, Brasil

27 de agosto a 1º de setembro - Amazontech, em Porto Velho[9], Brasil

29 a 31 de agosto - Product Expo Asia/China, em Hong Kong, China

Setembro - Exposalimentaria, em Lima, Peru

16 a 19 de setembro - Equipotel Food and Drinks,
em São Paulo, Brasil

Outubro - Expologística, na Cidade do Panamá, no
Panamá

Novembro - Feira Internacional da **Amazônia**, em
Manaus, Brasil